



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

Ex.mo Sr. Presidente da 5.ª Comissão de Orçamento e Finanças  
Deputado Filipe Neto Brandão,

**Assunto: Requerimento para audição da Confederação Portuguesa de Micro Pequenas e Médias Empresas (CPPME)**

A situação que o país enfrenta, ocasionada pelo surto epidémico de SARS-COV-2 e da doença COVID-19, originou uma inesperada e muito significativa desaceleração da economia, com reflexos muito negativos em quase todos os setores de atividade económica.

Tendo em conta a situação criada, foi determinada a libertação de recursos de apoio ao financiamento às empresas, segmentados por sectores de atividade.

Os valores apresentados são insuficientes, face às necessidades da economia, e mesmo em comparação com o esforço orçamental verificado noutros países para dar resposta aos problemas criados. Será necessário avançar com outras medidas, incluindo apoios contratualizados junto de milhares de micro, pequenas e médias empresas (MPME) que enfrentam uma situação de crise.

Independentemente dessa apreciação, importa assegurar, em primeiro lugar, que tais créditos sejam colocados efetivamente à disposição das empresas, particularmente das que revelem menos capacidade de resistência a um período de inatividade.

Independentemente também de questões políticas que se possam colocar sobre a opção de recorrer à banca privada como intermediária para a canalização destes recursos públicos, pela não ativação de um banco de fomento no quadro da emergência nacional, pela errada opção de alinhar a CGD pelos critérios de gestão da banca privada e pela continuada abdicação da soberania política na distribuição do crédito, urge garantir a disponibilização desses recursos de forma o mais eficaz e célere possível.

Segundo as informações que têm chegado ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a banca tem vindo a tratar os créditos junto das MPME, nesta altura crítica, como se nada tivesse entretanto acontecido, exigindo as mesmas burocracias e o mesmo tipo de garantias. Além disso, a banca aplica margens de lucro, através da aplicação de *spreads* a créditos provenientes de linhas de financiamento públicas.

Não é aceitável que esta ocasião de crise económica possa ser utilizada pelo setor financeiro para especular com a dívida das MPME, ou para lucrar com o seu

endividamento, sobretudo quando estamos a falar de apoios que provêm de fundos públicos.

Com o objetivo de recolher contributos para que a Comissão de Orçamento e Finanças possa ter mais elementos para acompanhar a forma como as linhas de apoio à economia estão a ser disponibilizadas, através da banca, às empresas, e muito em particular às MPME, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a audição da Confederação Portuguesa de Micro Pequenas e Médias Empresas (CPPME) na Comissão de Orçamento e Finanças.

Lisboa, 14 de Abril de 2020

O Deputado,  
Duarte Alves